

A HISTÓRIA QUE AS CONTAS NOS CONTAM

A RUA LARGA DE S. ROQUE EM LISBOA E O IMPOSTO DA DÉCIMA (1779)

Corria o dia 26 de setembro de 1762 quando o imposto da Décima foi relançado, dando início a uma intensa produção documental relativa à cobrança deste imposto. Estavam lançados os dados para aquele que viria a ser um dos maiores acervos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas – o conjunto documental da Décima, com mais de 11.500 livros dos anos de 1762 a 1834.

É notório o contributo do registo do Imposto da Décima para a compreensão do estudo das estruturas sociais da época, visto que incidia sobre um largo espectro de rendimentos, registados, nos livros da respetiva cobrança.

Guiados por um destes livros, vamos descobrir uma das ruas de Lisboa no ano de 1779 – a Rua Larga de S. Roque (hoje Rua da Misericórdia), na freguesia da Encarnação.

Que tipo de prédios existiam nesta rua? E como eram ocupados? Quem lá vivia ou quem lá tinha os seus negócios? Que profissões se encontravam mais representadas?

[Veja aqui alguns dos “mil ofícios” existentes à época](#)



O IMPOSTO DA DÉCIMA

Criado pelas Cortes de 1641, o imposto teve como propósito assegurar a manutenção de um exército que garantisse permanentemente a defesa do país.

Em 1762, no reinado de D. José, o imposto é relançado com a mesma finalidade – acudir às despesas de defesa no ano em que, no contexto da Guerra dos Sete anos, Portugal foi por três vezes invadido por tropas francesas e espanholas.

A Décima era uma contribuição geral com uma taxa 1/10 que incidia sobre prédios, ofícios e ordenados, capitais emprestados a juros e os lucros da indústria e do comércio e que recaía sobre todos, incluindo artífices e jornaleiros.

O registo da cobrança era feito localmente em livros específicos consoante o rendimento a que diziam respeito (arruamentos, prédios rústicos e urbanos, maneios, juros e outros). Eram organizados por freguesias e dentro destas, rua por rua, prédio por prédio (com lado direito e lado esquerdo da rua sempre que existiam), onde constava o nome do proprietário do imóvel e dos arrendatários, os foros, as rendas e por vezes o imposto correspondente à sua profissão (maneios).

Abrangendo um tão largo espectro de rendimentos e da população, os livros de registo da cobrança deste imposto constituem uma das principais fontes para o estudo das estruturas sociais da época.

A Décima foi o imposto principal sobre os rendimentos até à criação da contribuição predial (1852), da contribuição industrial (1860) e da contribuição de juros (1887).

[Alvará que relançou a Décima em 26-09-1762](#)

[Instruções para o lançamento da cobrança de 18-10-1762](#)

A Rua Larga de S. Roque...

Que hoje conhecemos como Rua da Misericórdia, foi mandada rasgar por D. Sebastião, no caminho que ligava as Portas de Santa Catarina (uma das portas da cerca fernandina próxima do atual Largo do Chiado) aos moinhos de S. Roque.

Exterior à muralha, o traçado da rua pouco se alterou até aos nossos dias apesar do desaparecimento dos edifícios construídos junto à cerca fernandina e da demolição do Convento da Trindade.



Desenho de Alberto de Sousa (c. 1938)

O lado ocidental da Rua Larga de S. Roque encostado à cerca fernandina (antes do terramoto de 1755)

No lado esquerdo, a torre de Álvaro Pais e logo ao lado o postigo de S. Roque, seguindo-se um troço da cerca com a porta da Trindade e uma fileira de edifícios quinhentistas encostados à cerca, sendo o último o da Igreja do Loreto. No final, à direita da imagem, as Portas de Santa Catarina.



Vamos então conhecer a Rua Larga de S. Roque em 1779, tendo como guia o Livro dos Arruamentos e lançamento da Décima das Propriedades, Maneios, da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, do termo da cidade de Lisboa, para o ano de 1779.

Cem anos depois de criada a freguesia da Encarnação, em 1779, a rua Larga de S. Roque revela uma dinâmica e progresso que se enquadram na reestruturação e remodelação da cidade após o terramoto de 1755.

Através dos registos deste livro, conhecemos os proprietários, os arrendatários e as suas profissões, o tipo e utilização dos imóveis, as rendas cobradas, etc.

Dos vários proprietários de prédios de rendimento, destaca-se a Misericórdia, a maior proprietária de toda a rua, com 21 arrendatários em prédios todos do lado direito. Também no mesmo lado da rua, a Ordem da Trindade tinha 14 arrendatários, o Real Colégio dos Nobres 11 e a Irmandade de Nossa Senhora do Loreto 9.

O Conde da Lousã e o Marquês de Alorna, com 11 arrendatários cada, e o Conde de Lumiares, com 7.

Do lado dos arrendatários, podemos destacar Francisco Xavier Bomtempo, músico da Câmara Real, que vivia no 2º andar de um prédio do lado direito da rua, propriedade da Misericórdia, pelo qual pagava 50\$00 reis de renda. Terá sido nesta casa que nasceu o seu filho João Domingos Bomtempo, famoso compositor e pianista que viria a ser o primeiro diretor do Conservatório Nacional.

Também neste lado da Rua estava instalada a Direção das Águas Livres, num 1º andar, propriedade de Dr. António José Pestana, com uma renda de 96\$00 reis.

No lado esquerdo da Rua Larga de S. Roque encontramos Nicolau Maça, com uma loja de bebidas em prédio de António Soares de Mendonça pela qual pagava 38\$400 reis. Nicolau Maça, ou Massa, com a alcunha de Talão fundou em 1779 esta loja de bebidas que viria a dar origem ao conhecido Restaurante Tavares. Em 1784 mudaria para um outro edifício na mesma Rua, onde permanece até hoje. A designação de Tavares advém do apelido dos dois irmãos – Manuel e António – que em 1823 se tornaram proprietários do estabelecimento.

Também neste lado da Rua vivia o Cônsul de Espanha que, por um 3º andar em prédio de José Frederico Ludovice, pagava uma renda de 240\$000 reis.

Na Rua Larga de S. Roque eram também arrendatários 13 sacerdotes e 10 advogados (com o Dr. João Carlos Mourão a pagar a renda mais elevada – 200\$00 reis – por um 1º andar e cocheira em prédio do conde de Lumiares e que tinha ao seu serviço um criado grave, um bolieiro, um moço da traseira e um moço de servir).

A renda mais elevada – 650\$000 reis – era paga por João Batista Locatelli que ocupava “casas nobres, loja, armazém e outro quarto de casas ordinárias”, mas arruinadas, propriedade dos herdeiros de D. Maria Antónia. João Batista Locatelli, presumivelmente de origem veneziana, fundou uma fábrica de fiação de têxteis em algodão em Aveiro (onde viria a falecer em 1795).



Fachada atual do Restaurante Tavares, na Rua da Misericórdia, n.º 37



Rua da Misericórdia

Seguia-se a esta, a renda de 310\$000 reis paga por um armazém de vinhos de Luís Gaspar, instalado em loja e andar de prédio de José Félix da Cunha, no lado esquerdo da rua.

E a renda mais baixa 3\$200 reis – era paga por António Francisco, criado de servir do proprietário do prédio ...

Por esta amostra da rua de uma freguesia, num único ano, ficamos com uma ideia da riqueza da informação que os mais de 7000 livros relativos à Décima da Cidade contêm para a história da cidade e dos seus habitantes, da evolução da ocupação do espaço, do tipo de propriedade e do seu uso, dos modos de vida da população, enfim, mais uma entre muitas histórias que as contas nos contam...

Rua da Misericórdia



Placa existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas que identificava a localização no depósito do subconjunto documental da Décima da Cidade

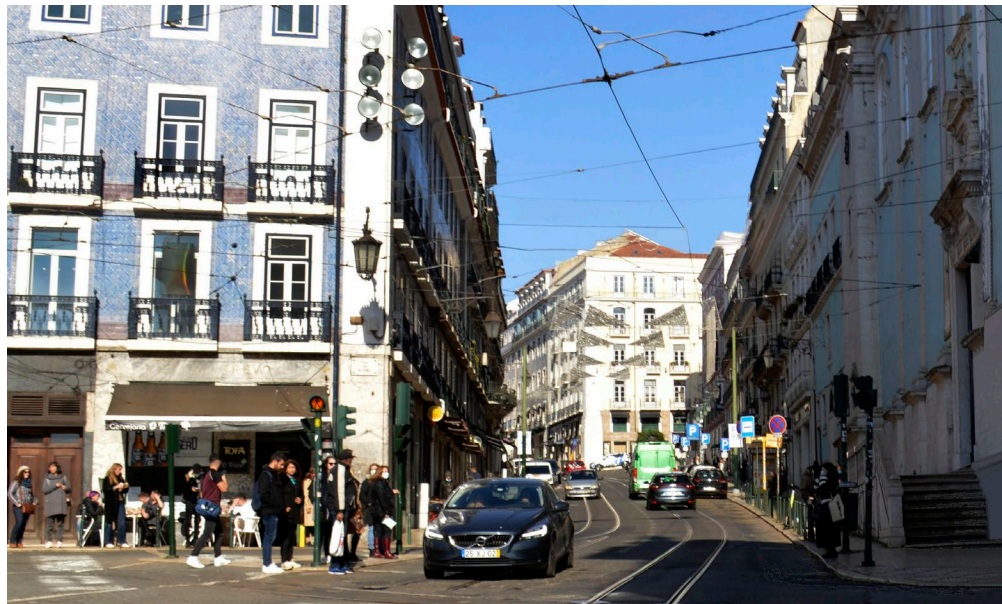
O conjunto documental da Décima no AHTC

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, o conjunto documental da Décima inclui dois subconjuntos: [Décima da Cidade](#) (Cidade de Lisboa e seu Termo) e [Décima da Província](#) (Província da Estremadura - Leiria, Santarém, Tomar, Torres Vedras), totalizando mais de 11000 livros.

Tendo como datas extremas os anos de 1762 e 1834, os livros de registo da cobrança da Décima deram entrada no Erário Régio (criado em 22 de dezembro de 1761 e uma das instituições que, numa linha temporal contínua, antecede o atual Tribunal de Contas) para o ajustamento das contas dos responsáveis que faziam o assentamento e recolha deste imposto a nível local.



Rua de S. Roque na primeira década do séc. XX



Rua da Misericórdia em janeiro de 2022

O traçado desta rua pouco foi alterado, exceto no troço final que hoje termina no Largo Trindade Coelho e antes terminava aproximadamente onde hoje se situa o Elevador da Glória, já em S. Pedro de Alcântara.

De Rua Larga de S. Roque, viu a sua designação encurtada para simplesmente Rua de S. Roque, em 1889. Por deliberação camarária de 27 de outubro de 1910, em homenagem ao jornal republicano O Mundo cuja fachada principal dava para esta rua, passou a designar-se Rua do Mundo, até que em 1937 tomou a designação atual - Rua da Misericórdia.

Ainda hoje, subindo a Rua da Misericórdia, o percurso é marcado no seu início pela Igreja de Nossa Senhora do Loreto e, no topo, pela Igreja de S. Roque.



Igreja de Nossa Senhora do Loreto -
a Igreja dos Italianos em Lisboa

A Igreja foi edificada por iniciativa da comunidade italiana residente em Lisboa no séc. XVI. Aberta ao culto em 1522, ficou sob a direta proteção do Papa e agregada à Basílica de São João de Latrão (Sé de Roma).

Em 1551 é criada a paróquia de Nossa Senhora do Loreto, ficando sedeadada na igreja.

A Igreja foi destruída por dois incêndios: o primeiro, em 1651, sendo reconstruída em 10 anos; o segundo, em 1 de novembro de 1755. Embora não tivesse ficado danificada pelo terramoto, a igreja foi destruída pela propagação do incêndio que lavrou num edifício vizinho.

Em 1860, o adro da igreja foi demolido, tendo sido construídas duas escadarias de acesso às duas portas da igreja, uma, no Largo do Chiado, outra, na Rua da Misericórdia.



Igreja de S. Roque

Treze anos após a sua chegada a Portugal a convite de D. João III, a Companhia de Jesus constrói na já existente ermida de S. Roque, a sua primeira igreja e casa professa (e uma das primeiras em todo o mundo) que será também a sede da Ordem no nosso país.

Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, a Igreja e Casa professa com todos os seus bens foram doados, em 1768, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para estabelecimento do Recolhimento das órfãs e expostos.

Edificada no séc. XVI, sob risco de Filipe Terzi, com a colaboração de Afonso e Bartolomeu Álvares, esta extraordinária Igreja com interior ricamente decorado, é monumento nacional desde 1910.



Vestígios da cerca fernandina ainda hoje existentes nos edifícios da Rua da Misericórdia, neste caso, no Espaço Chiado